



**FACULDADE ITAPURANGA
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**LAÍS COSTA COELHO
MARCELA DA CUNHA**

**A INCUMBÊNCIA DOCENTE NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO
INCLUSIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL**

**ITAPURANGA
2023**

**LAÍS COSTA COELHO
MARCELA DA CUNHA**

**A INCUMBÊNCIA DOCENTE NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO
INCLUSIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado a Faculdade de Itapuranga
como parte das exigências para a
obtenção do título de Licenciatura Plena
em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Me. Kênia Cristina
Borges Dias.

**ITAPURANGA
2023**

Biblioteca FAI-Itapuranga

COELHO, Laís Costa. CUNHA, Marcela da.

A incumbência docente na modalidade de educação inclusiva no ensino fundamental. 2023. 46fl

Orientador: Profª Me. Kênia Cristina Borges Dias.
Monografia (Graduação) – Faculdade Itapuranga, Curso de Pedagogia, 2023.
Bibliografia.

LAÍS COSTA COELHO
MARCELA DA CUNHA

A INCUMBÊNCIA DOCENTE NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO
INCLUSIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado para obtenção de
Certificado de Graduação no Curso de
Licenciatura em Pedagogia da
Faculdade Itapuranga – FAI. Este TCC
foi apresentado em 11/12/2023, e
obteve Aprovação (aprovação /
reprovação).

BANCA EXAMINADORA

Kênia Cristina Borges Dias
Prof. Ma Kênia Cristina Borges Dias
Presidente da Banca Examinadora – FAI

Marinéia Moreira da Silva
Prof. Es. Marinéia Moreira da Silva
Membro da Banca Examinadora – FAI

Jackeline Rossane Garcia de Freitas
Prof. Ma. Jackeline Rossane Garcia de Freitas
Membro da Banca Examinadora – FAI

ITAPURANGA
2023

Dedicamos este trabalho

A nossas famílias, pelo amor incondicional, apoio e paciência, que foram fundamentais em nossa jornada. Vocês são a nossa base e inspiração diária.

Aos nossos amigos, por todos os momentos de companheirismo, encorajamento e alegria compartilhados. Vocês tornaram esta jornada mais leve e significativa.

E, especialmente, uma à outra, por sermos não apenas colegas de estudo, mas também parceiras na superação de cada desafio. Esta conquista é tão sua quanto minha.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de expressar nossa profunda gratidão a todas as pessoas que foram essenciais na jornada que culminou na realização deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Em primeiro lugar, um agradecimento especial à minha companheira de estudos. Juntas, enfrentamos desafios e compartilhamos sucessos, sempre mantendo a determinação e a esperança, sem nunca desistir. Sua presença foi fundamental para que chegássemos até aqui.

À minha família, meu eterno agradecimento pelo apoio incondicional. Em cada etapa desta jornada, senti a força e o amor que vocês me proporcionaram, sendo um alicerce imprescindível em momentos de dúvida e incerteza.

E, claro, não poderia deixar de expressar imensa gratidão à nossa professora orientadora, Kênia Cristina. Sua orientação, conhecimento e paciência foram cruciais para o desenvolvimento e aprimoramento deste trabalho. Seu apoio e incentivo não apenas guiaram este projeto, mas também contribuíram significativamente para o crescimento acadêmico e pessoal.

A todos vocês, sincero obrigada. Cada um de vocês desempenhou um papel vital nesta conquista, e estaremos sempre gratas por tudo o que fizeram por nós.

"A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo".

Nelson Mandela

COELHO, Laís Costa. COELHO, Marcela da. **A incumbência docente na modalidade de educação inclusiva no ensino fundamental.** Trabalho de Conclusão de curso Pedagogia – Faculdade Itapuranga - FAI – 2023.

RESUMO

A presente pesquisa analisa a evolução e os desafios da educação inclusiva no contexto brasileiro, focando na implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Documento Curricular para Goiás (DC-GO). Examina-se a legislação educacional, destacando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e a Lei Brasileira de Inclusão como fundamentos para a promoção da inclusão educacional. O estudo ressalta a relevância dos planos decenais de educação na definição de metas para um sistema educacional inclusivo que atenda às diversidades dos estudantes. A pesquisa também enfatiza a importância da capacitação docente e a implementação de estratégias pedagógicas adaptativas, além da formação continuada para professores, como meios essenciais para responder eficazmente às necessidades educacionais especiais dos alunos. Os resultados indicam que, apesar dos avanços legislativos e normativos, ainda existem lacunas significativas na prática, especialmente no que tange à formação e ao preparo dos educadores para enfrentar os desafios da educação inclusiva. Além disso, a pesquisa revela a necessidade de um diálogo contínuo entre os formuladores de políticas, educadores e a comunidade para garantir que as práticas inclusivas sejam efetivamente incorporadas no cotidiano escolar.

Palavras-chave: BNCC. DC_GO. Educação Inclusiva. Formação docente. Legislação Educacional.

COELHO, Lais Costa. COELHO, Marcela da. **The teaching task in the modality of inclusive education.** Completion of course work Pedagogy - Faculdade Itapuranga - FAI - 2023.

ABSTRACT

This research analyzes the evolution and challenges of inclusive education in the Brazilian context, focusing on the implementation of the National Common Curriculum Base (BNCC) and the Curriculum Document for Goiás (DC-GO). The educational legislation is examined, highlighting the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDBEN) and the Brazilian Law of Inclusion as foundations for the promotion of educational inclusion. The study highlights the relevance of ten-year education plans in setting goals for an inclusive education system that meets the diversity of students. The research also emphasizes the importance of teacher training and the implementation of adaptive pedagogical strategies, in addition to continuing education for teachers, as essential means to respond effectively to students' special educational needs. The results indicate that, despite legislative and normative advances, there are still significant gaps in practice, especially with regard to the training and preparation of educators to face the challenges of inclusive education. In addition, the research reveals the need for an ongoing dialogue between policymakers, educators, and the community to ensure that inclusive practices are effectively incorporated into everyday school life.

Keywords: Inclusive Education, BNCC, DC-GO, Educational Legislation, Teacher Training.

Sumário

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
1 (RE)PENSAR A PRÁTICA DOCENTE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL	12
1.1 Afinal, qual é a missão do docente na modalidade educacional inclusiva?	19
1.2 Dificuldades enfrentadas pelos docentes na educação inclusiva	20
1.3 Papel da família no processo de inclusão.....	24
2 PRINCÍPIOS E DIREITOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	28
2.1 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN e a inclusão	32
2.2 Os planos decenais e o processo inclusivo	35
2.3 A Implementação da BNCC e do DC-GO em Goiás: Um Avanço na Educação Inclusiva	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A temática “A incumbência docente na modalidade de educação inclusiva no ensino fundamental” é relevante porque conduz o leitor a entender melhor como funciona o ensino aprendizagem na educação inclusiva. Esse processo pode mudar uma sociedade, diante de uma aprendizagem, a partir do momento em que as informações e formações são repassadas corretamente. No âmbito profissional é interessante compreender que o conhecimento do assunto, aprimora a percepção de valores e agrega crescimento profissional, pessoal e intelectual.

Diante da extrema relevância, compete a nós inúmeras indagações, dentre elas: quais as dificuldades enfrentadas pelos professores no processo de inclusão? E ainda, esse processo requer uma abordagem específica para cada discente, cada um tem uma dificuldade particular. Nesse contexto, o sistema educacional está apto para tais atividades? Há competência de elementos para que o sistema funcione com eficácia e rigidez? É interessante arguir também, até que ponto é uma inclusão e não uma necessidade de um cuidador? Portanto, a inclusão de um aluno com dificuldades mais complexas ajuda ou dificulta o processo de desenvolvimento social?

A pesquisa visa assegurar que todos os docentes tenham qualificação na aprendizagem para que estejam preparados para novos conhecimentos pedagógicos de modo que o desenvolvimento e o pensamento sejam elevados para as crianças. Portanto, compreender a necessidade da formação continuada para que haja desenvolvimento do docente, elaborar metodologias para aprimorar o desenvolvimento educacional e auxiliar para que a proposta da educação inclusiva conduza a criança a entender que ela é igual a todos independentemente de suas necessidades.

É perceptível que a falta de recursos pedagógicos seja desafio de qualquer deficiência ou Necessidades Educacionais Especializadas (NEE) que os alunos possuem, da prática pedagógica que os professores trabalham em sala de aula. A ausência de capacitação profissional, escassez de material didático, salas de aula superlotadas fazem com que os professores não se sintam preparados para a inclusão.

É de extrema importância observar se nesse processo de inclusão, o professor tenha o apoio ou as ferramentas necessárias para ter as condições de

atender as exigências específicas que o aluno precisa para ter a melhor metodologia de ensino, que a patologia exige. Apoio esse que vem desde materiais necessários para aperfeiçoar seus dons, e também objetos que possam aprimorar a coordenação motora e de caráter psicológico.

A pesquisa visa enfatizar a importância do docente para o desenvolvimento e aprimoramento do discente na interação de ambos, no âmbito educacional e social. Portanto, será realizado uma pesquisa bibliográfica para o aprimoramento do conhecimento, buscar-se-á entender as necessidades de cada um, tendo em vista o seu entendimento e saberes da inclusão. Por conseguinte, teremos como embasamento para a pesquisa, BRASIL (2014), COSTA (2012), MANTOAN (2003), dentre outros.

O estudo está estruturado em dois capítulos. O primeiro assinalará reflexões conceituais acerca da função do docente na modalidade educacional inclusiva, as dificuldades enfrentadas pelos docentes e a relevância da participação da família em todo o processo de ensino e aprendizagem. Explorará ainda, as diferentes abordagens pedagógicas e a importância da adaptação do currículo para atender às necessidades dos alunos inclusos.

O segundo abordará a legislação pertinente à educação inclusiva, com foco na análise dos princípios e direitos fundamentais estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, na Lei Brasileira de Inclusão, e em outros marcos legais relevantes. Este capítulo visa elucidar como a legislação vigente apoia e orienta a prática da educação inclusiva no Brasil, identificando os avanços alcançados e os desafios que ainda persistem.

Dessa forma, a presente pesquisa busca contribuir significativamente para o campo da educação inclusiva, fornecendo insights valiosos sobre as práticas pedagógicas, a legislação e as políticas educacionais. Com um enfoque interdisciplinar, a pesquisa visa não apenas elucidar questões fundamentais relativas à educação inclusiva, mas também oferecer recomendações para educadores, formuladores de políticas e demais interessados na promoção de um sistema educacional mais inclusivo e equitativo.

1 (RE)PENSAR A PRÁTICA DOCENTE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL

O professor como mediador ajuda o discente a compreender o valor do aprendizado, mas de uma forma que ambos aprendam juntos. Esse aprender de uma maneira em que o professor conheça o aluno, saiba suas dificuldades e suas facilidades para que assim haja uma proximidade e torne o aprendizado agradável e proveitoso. A mediação é quando o professor compreende o aluno e consegue com ele interagir e se desenvolver durante esse processo de ensino.

Todo profissional da pedagogia é acostumado e já é tradição ser chamado de tia ou tio. No livro “Professora, sim; tia, não” Paulo Freire (2022) apresenta a necessidade de distinção dos termos. O professor ou professora deve compreender sua missão, e que há um limite que não deve ser confundido ou ser ultrapassado. E para falar de professor, não poderia deixar de mencionar um trecho do cordel de Bráulio Bessa.

A Força do Professor - “Ah... se um dia governantes prestassem mais atenção nos verdadeiros heróis que constroem a nação ah... se fizessem justiça sem corpo mole ou preguiça lhe dando o real valor eu daria um grande grito. Tenho fé e acredito na força do professor. (BESSA, 2020, s/p)

Esse ser tão especial é um profissional que se dedica ao ensino de uma determinada ciência ou arte, engajando-se na árdua profissão docente, onde se faz necessário possuir capacitação necessária e aptidão para realizar essa função. É um mediador do conhecimento muito importante no papel que exerce nas escolas, principalmente na formação das crianças e adolescentes. Suas ações, às vezes, ilimitadas refletem em toda a sociedade formando ativamente, enfim cidadãos que se espelham em seus professores, tornando assim os futuros profissionais no mercado de trabalho.

As crianças precisam de modelos a serem seguidos que são os pais, acompanhados dos professores e amigos no ambiente escolar. Logo, “o professor é um profissional cuja atividade principal é o Ensino. Sua formação inicial visa a propiciar os conhecimentos, as habilidades e as atitudes requeridas para levar adianta o processo de ensino e aprendizagem nas escolas.” (LIBÂNEO, 2018, p. 69)

Historicamente, o professor era percebido predominantemente como o mestre do conhecimento, desempenhando um papel central no processo de ensino, enquanto

os alunos ocupavam uma posição mais passiva e receptiva. No entanto, na era contemporânea, esses conceitos sofreram significativas transformações. Atualmente, reconhece-se que tanto aluno quanto professores têm muito a aprender uns com os outros, fundamentando-se em um método de ensino que prioriza a mediação do conhecimento, destacando a importância de um aprendizado mútuo e contínuo. Essa abordagem é aplicável tanto na educação regular quanto na educação inclusiva. Contudo, a inclusiva demanda considerações adicionais, uma vez que envolve o atendimento a crianças com habilidades especiais, as quais necessitam de estratégias e acompanhamento adaptados às suas necessidades e características particulares

O ensinar é mais baseado no senso comum ou prática cotidiana. É criar caminhos, abrir portas para o crescimento e autonomia de um determinado ser. Ensinar é compartilhar experiências e conhecimentos adquiridos por meio de estudos e vivências, é auxiliar o outro, o estudante a descobrir a aprender. Direcionar o caminho para o aprendizado.

Pode-se dizer que ensinar é fornecer autonomia para uma pessoa desenvolver atividades, conseguir gerar algo novo. É também, transmitir um conhecimento adquirido para outra pessoa e praticar o que aprendeu. Ensinar é um dom que poucas pessoas têm, porque vai muito além de transmitir seu conhecimento. É saber fazer com que seja compreendida e despertar o interesse e atenção de seus alunos.

Destarte, ensinar é vivenciar uma partilha de conhecimentos. É permitir ao outro conhecer e aprender sobre um determinado assunto do qual você possui noção, mas também estar aberto e permitir que o outro possa te transferir os conhecimentos dele sobre o respectivo tema. Logo, a empatia é fundamental em todo o processo.

A empatia é, de fato, um ideal que tem o poder tanto de transformar nossas vidas quanto de promover profundas mudanças sociais. A empatia pode gerar uma revolução. Não uma daquelas revoluções antiquadas, baseadas em novas leis, instituições ou governos, mas algo muito mais radical: uma revolução das relações humanas. (KRZNRIC, 2015, p. 9)

Para que o professor exerça sua profissão com maestria, ele precisa buscar meios de auxiliar o discente a se inspirar em suas descobertas de ensino e aprendizagem. A metodologia de ensino depende muito do tipo de personalidade que o professor tem, pois ela veio para agregar e tornar mais formal, saindo do âmbito do

querer e também dos valores individuais. O ideal é que a pessoa tenha liberdade de construir suas próprias ideias, para não ser um ensino do qual o docente empurra a informação para pessoa, isso também é da personalidade.

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fixadores das coisas que arquivam. (FREIRE, 2013, p. 65)

Freire nos mostra como é a educação bancária. A educação deve ser criativa, usar a informação para transformar. Deste modo, a função do professor é ajudar as pessoas a ter um senso crítico, a criar um raciocínio lógico que consiga desenvolver a criatividade, a imaginação para gerar novas soluções para os alunos não serem apenas repetidores de informação.

O professor deve ensinar primeiramente com bastante amor e entender que há diversidade de crianças no processo de ensino aprendizagem. Cada criança aprende de uma forma, então deve-se adotar metodologias diferenciadas para atender a todos sem excluir. O professor deve ensinar com respeito, ter domínio de conteúdo, buscar novas metodologias e procurar conhecer bem seus alunos, pois cada um aprende de uma forma. Diante disso, é perceptível que o Estado não consegue visualizar o processo avaliativo das crianças de forma diferenciada. Um fato aconteceu na aplicação da prova de fluência e também na prova Saego, exclusão das crianças atípicas.

Os professores têm aprendido a ensinar durante sua prática no “aprender-fazendo”, ela usa o que aprendeu durante sua formação inicial e reproduz as práticas e estratégias de outros professores, isto é, sua identidade como professor sobre influências diretas da cultura institucional que está incluso no meio. (LIBÂNEO, 2007 apud BRANCO, 2021, s/p)

O professor deve ensinar de forma que o aprendizado aconteça da melhor maneira possível, ou seja, sempre buscar mecanismos que permita ao aluno estar em contato direto com o conhecimento. Além disso, ele deve estar sempre aberto a novos aprendizados, uma vez que, ao mesmo tempo que ensina ele também aprende com

seu alunado. O processo de ensino é uma troca de conhecimentos. O educador precisa ensinar, considerar e socializar o conhecimento.

É de grande relevância refletir quanto a ser um bom docente ou não. Primeiramente, o profissional deve agir com amor, amar o que faz. Em seguida preocupar com a aprendizagem dos alunos e utilizar uma didática diferente. Além disso, ensinar mais do que conteúdos programáticos e ajudá-los na preparação para a vida em sociedade. Então, “o bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento de seu pensamento.” (FREIRE, 2021, 84/85)

A capacitação é fundamental para ser um bom professor. O profissional não pode acomodar, é necessário sempre se manter atualizado e partilhar deveres diversos que as ciências e vivências proporcionam. A capacitação ajuda aprimorar os dons, a buscar metodologias e meios facilitadores ao aprendizado; ela auxilia e abre novos caminhos no processo de ensino aprendizagem, mas não necessariamente é essencial para ser um bom ensinante, desde que faça com amor e dedicação. Logo, a capacitação do professor deve ser pautada do perfil do aluno para poder conseguir desenvolver bem um bom ensino.

Capacitação é sinônimo de conhecimento, e o conhecimento é a melhor forma de tornar-se um bom ensinante, visto que, quanto mais conhecimento mais apto o professor encontra-se para ensinar. A formação continuada permite aos profissionais manterem contato direto com as melhores práticas de ensino, abordagens em salas de aula e conteúdos atualizados de suas áreas de atuação.

Cortella grande filósofo nos conduz a reflexões relacionadas aos vocábulos ensinante e aprendente. Para ele tudo que fazemos na vida deve ser elaborado com amor, pois esse é um diferencial de grande importância. Quando você faz de coração e principalmente o que gosta e dá a importância que merece, consegue mudar ou melhorar o dia ou até mesmo a forma de pensar de muitas pessoas.

O ensinante não é diferente pois, um bom profissional sabe que além de ser relevante os ensinamentos que ele transmite é de extrema importância que ele esteja aberto a aprender constantemente e que saiba que qualquer pessoa ou todos nós temos algo a compartilhar, pois somos seres coletivos e precisamos sempre uns dos outros.

O educador estuda e muito para transmitir seus conhecimentos, que são de uma grande valia. Mas, é até mesmo uma questão de humildade que não só esse profissional, mas também qualquer ser humano entenda que somos uma espécie em

eterna evolução. Ou seja, o ensinante será bem mais evoluído e diferenciado se entender que é um aprendiz permanente.

Só é um bom ensinante quem for um bom aprendiz. Se eu não sou um bom aprendiz, como docente eu não posso ser um bom ensinante, afinal eu lido o tempo todo com aquilo que altera a vida e preparo as pessoas. Como professor tenho a responsabilidade de fazer com a gente proteja o futuro e a gente protege o futuro tendo competência no presente, respeitando nosso passado, trazendo nossas raízes e deixando nossas âncoras lá no fundo. (CORTELLA, 2021, s/p)

O professor deve ficar atento para não se envolver além do profissionalismo. Para a criança é claro que deve haver um equilíbrio, mas é necessário que o discente compreenda que a tia é sua professora e não um parente, “professora, porém, é professora. Tia é tia.” (FREIRE, 2022, p. 48)

Na educação, a didática é a forma com que se trabalha o conteúdo escolar, para que se alcance o objetivo de uma aprendizagem eficaz. A forma com que se aplica o conteúdo com o aluno é que faz total diferença na hora de aprender (ensinar). É nesse momento que a educação inclusiva se faz de grande importância pois, nela há um entendimento mais elaborado das necessidades do discente, pois a intenção é aprimorar sempre mais o aprendizado, para que assim possa ter uma melhor compreensão entre aluno e professor, tendo desse modo clareza e eficiência nos ensinamentos um do outro. Para que isso aconteça é preciso que aja uma didática que seja compreensível entre ambos. Portanto, “a didática se caracteriza como mediação entre as bases teórico-científicas da educação escolar e a prática docente. Ela opera como que uma ponte entre o “o que” e o “como” do processo pedagógico escolar”. (LIBÂNEO, 2013, p. 27)

O papel da escola é alfabetizar e direcionar o aluno a caminhos éticos e com princípios, acrescentando aos discentes valores sociais e de caráter humano. Não podemos nos esquecer que educar também é de responsabilidade da família e da sociedade, pois a escola aglomera um conjunto de um todo. Logo, “a escola deve ser um complemento à educação familiar.” (CURY, 2014, p.71). No entanto, é visível que a educação familiar modificada ao longo do tempo dificulta o trabalho da educação escolar visto a rapidez de mudanças de valores e principalmente do acesso a tecnologias que amplifica o pensamento infantil trazendo prejuízos na concentração e fala.

No livro “*Ser humano é ser junto*” Cortella (2022) fornece noções da importância da escola para a sociedade, explicita sobre a relevância de formar cidadãos com a consciência de respeito e sem preconceito, sejam eles raciais, morais ou intelectuais. É importante entender que somos um conjunto de um todo, onde se encontra uma concentração maravilhosa de seres humanos os quais cada um tem suas particularidades. O conhecimento possibilita combater o preconceito e ampliar os horizontes dos alunos para ficarem mais receptivos diante de várias culturas e da diversidade humana. “O indivíduo preconceituoso, entretanto, acredita que o único ponto de vista a ser considerado é o dele. E é justamente essa incapacidade que o impede de compreender a razão central da ética.” (CORTELLA, 2022, p. 27)

A educação inclusiva integra o aluno com dificuldade de aprendizagem seja ela física ou psicológica, no âmbito escolar. É importante que o professor tenha habilidade para desenvolver um trabalho que facilite ou que seja mais adequado à necessidade do discente. No entanto, não é só responsabilidade do docente, mas sim, de toda escola, fornecendo materiais para desenvolver o crescimento e aprendizado. Alunos com deficiência física ou de coordenação motora, com déficit de atenção, são alguns exemplos vivos da educação inclusiva. É importante que as crianças com necessidades especiais tenham convívio social para que elas desenvolvam habilidades. Portanto:

A socialização da criança não só ativa e exercita suas funções psicológicas, como é a fonte do surgimento de uma conduta determinada historicamente. E a relação social é a fonte de desenvolvimento dessas funções, particularmente na criança com deficiência mental. (VYGOTSKY, 1989, p. 109).

A socialização é necessária para que haja um melhor desenvolvimento da criança pois, quanto mais convívio ela tem com as pessoas cada vez mais ela se sentirá segura para desenvolver suas habilidades. Essa interação se dá de forma que a criança aprenda com os outros colegas que tem as mesmas dificuldades que eles ou não tenha, o importante é que se tenha um convívio que os permite aprender juntos.

Crianças com dificuldades motoras por exemplo, pode se trabalhar com elas e outro coleguinha brincando de pintar, fazer montagens de brinquedos, atividades como natação, treinamentos com bolas e tantas outras. Aqueles que tem déficit de atenção pode ser trabalhado em grupo com argila, pinturas, blocos de montar para

que prenda a curiosidade da criança. O importante é despertar o interesse em algo novo.

Em alguns casos é necessário a presença de um cuidador. Esse profissional é responsável pelos alunos os quais as limitações são rígidas, como exemplo de os que não conseguem se movimentar sozinhos ou tem dificuldade de se higienizar. Portanto, é relevante conhecer um pouco da função deste profissional.

A função do cuidador escolar está fundamentada em auxiliar o aluno em suas necessidades básicas, como ir ao banheiro, alimentar-se e fazer suas atividades como as demais crianças, conforme especifica algumas leis. Mas sabemos que não são apenas essas as suas funções; o cuidador está ligado interdisciplinarmente em todo o contexto escolar, pois ele interage como os professores de todos os níveis, onde o aluno que ele irá cuidar estiver inserido, e tem seu papel fundamental na inclusão desse aluno como os demais colegas de escola. (SILVA, 2018, p. 11)

Na educação inclusiva o cuidador tem um papel muito importante, pois é ele quem ajuda o aluno nas suas necessidades de higiene pessoal, ajudando-o a se locomover, a ir ao banheiro e na alimentação. Este profissional contribui e muito com o professor também pois, conhecendo melhor o discente ele consegue ajudar a ter uma melhor percepção da forma de ensinar e compreender as dificuldades do aluno. Além do cuidador, é fundamental também a presença do professor de apoio, profissional que acompanhará todo o processo pedagógico e dará suporte às crianças com necessidades especiais.

O cuidador deve ser apto a ajudar sua criança conhecendo suas maneiras de se comunicar. Em geral ele deve ser uma pessoa capacitada, que cuida do aluno para que ele possa aprender da melhor forma possível.

A educação contribui para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das crianças no âmbito escolar. Ela não interrompe, é contínua de modo que cresça conforme o tempo passa, sem educação não há aprendizado nem conhecimento, ela é a base para crescimento de ambos. "As famílias confundem escolarização com educação. É preciso lembrar que a escolarização é apenas uma parte da educação. Educar é tarefa da família", (CORTELLA, 2014 *apud* REIS, 2014) pois ela transforma o indivíduo, de modo que tenha uma parceria para enfrentar os desafios do mundo e adaptar às necessidades.

1.1 Afinal, qual é a missão do docente na modalidade educacional inclusiva?

A missão de trabalhar e ensinar na modalidade inclusiva já é uma necessidade e uma demanda emergente. É indispensável que os profissionais envolvidos neste processo do ensinar e aprender, busque sempre uma formação continuada em relação à educação inclusiva.

A cada dia surgem novas perspectivas e situações, por isso, os professores devem estar preparados pedagogicamente e atualizados para estes novos conhecimentos e desafios. Ou seja, devem buscar leituras, materiais de apoio, pesquisas e novas ferramentas para ajudar no processo inclusivo. Seguir se aprimorando é essencial para aumentar o leque de possibilidades ofertadas e oferecidas aos alunos.

Sabemos da importância de ser e atuar como professor, primordialmente em todos os níveis de educação, mas principalmente na educação infantil e engana-se quem pensa que o papel do professor é apenas de ensinar. São inúmeras possibilidades de ser professor. Ele é quem estimula as atitudes respeitadas por parte dos alunos, ensina a criança a respeitar os demais colegas de classe, a aguardar a vez dele na fila, a ser cortês com as outras pessoas que trabalham na escola, entre outras atitudes que serão levadas para fora do ambiente escolar, proporcionando experiências que ajudam ao desenvolvimento das capacidades cognitivas, como atenção, a memória, raciocínio e o bem-estar em um ambiente cheio de diversidades.

Professor será sempre: /Um arquiteto de sonhos/Engenheiro do futuro/
Um motorista da vida/dirigindo no escuro/Um plantador de esperança
plantando em cada criança/um adulto sonhador/e esse cordel foi
escrito/porque ainda acredito na força do professor. (BESSA, 2020,
s/p)

As atribuições dos professores sofreram modificações nos últimos tempos e com tantas mudanças, surge a pergunta: qual é o atual papel do professor na metodologia de ensino? Talvez simples, mas o de conduzir o conhecimento, partilhar seu saber, gerar informação, fazer o outro crescer, indicar caminhos e para isso tudo é necessário criar vínculos, se aproximar e compreender o outro, o que requer habilidade. Logo, Bessa nos encanta com seu cordel e engrandece o profissional professor.

Diante do cenário escolar faz-se necessário a criação de um ambiente de respeito, colaboração e cooperação entre os alunos. A mola propulsora para este ambiente é uma sala de aula inclusiva, onde o fator principal é o respeito. A valorização é a diferença que envolverá a diversidade em todas as práticas educativas e sociais dentro da unidade escolar.

Na atuação do professor em sala de aula, é preciso que ele estabeleça um ambiente confortável, para receber os alunos de maneira com que eles se soltem. É muito importante também que tenham um diálogo professor/aluno, e professor/pais para melhor estabelecer uma relação entre eles, fazendo com que o professor tenha mais contato direto sobre como é o convívio da criança com a família. (XAVIER, 2015, p. 28)

A máxima deve conter um combo de atenção, promoção e companheirismo na prática das boas relações. Os professores devem constantemente buscar leituras, materiais de apoio, pesquisas e novas ferramentas para ajudar no processo de inclusão. O aprimoramento é essencial neste processo de ensino, visto que aumenta o leque de possibilidades oferecidas aos alunos. Ao fazer novos cursos e agregar no seu repertório docente, repensar as atitudes diante das diferenças entre as pessoas, caminho mais rápido para ajudar pessoas com deficiência. Desta forma, acreditamos que proporcionar a inclusão e o respeito ao próximo e as diversidades estabelecem uma ponte direta, entre o ouvir pessoas que vivem essa realidade, pois nada melhor do que obter conhecimento direto da fonte como primeiro passo a seguir.

1.2 Dificuldades enfrentadas pelos docentes na educação inclusiva

São inúmeras as dificuldades enfrentadas pelos educadores na atual conjuntura, no quesito ensino aprendizagem, isto é fato. Pode-se observar os obstáculos enfrentados pelas escolas públicas brasileiras, com destaque para a formação insuficiente de professores, falta de infraestrutura, precárias condições de trabalho, quantitativo elevado de alunos nas salas de aula, entre outras demandas emergentes.

Atentamos para um dos eixos a serem trabalhados, acreditamos que seja o principal desafio emergente que a educação inclusiva no Brasil encontra na

despreparação da comunidade escolar para lidar com a inclusão. Ainda não acontece de forma igualitária e satisfatória, isto porque não possuímos uma educação ou metodologia voltada à inclusão (uma dura realidade a ser suprida). Ora visto que, é preciso encontrar mecanismos para que haja de fato uma educação inclusiva. Portanto, é imprescindível que os professores busquem capacitação, mais instrumentos para identificarem suas potencialidades no aperfeiçoamento e na formação continuada, a fim de proceder à mediação rápida ao receber alunos com necessidades educacionais especiais sejam quais forem, visando um ensino que respeite as diferenças e particularidades de cada indivíduo nas suas diversas competências.

A educação inclusiva se depara com vários obstáculos desde a preparação de cada professor para com a sua criança. De certa forma, a família deve estar presente em tudo e fazer uma conexão entre professores e alunos. “Queremos pensar a diferença em si mesma e a relação do diferente com o diferente, independentemente das formas da representação que as conduzem ao mesmo e as fazem passa pelo negativo”. (DELEUZE, 1988, p. 8)

A formação de cada professor e a parceria família e escola leva muito em conta no crescimento do indivíduo, busca sempre compreender a realidade de cada um sem diferença. Também é fundamental o senso crítico para o reconhecer e repensar, o que funciona e o que falha com o mote de buscar melhoria.

O professor é um mediador da interação social. Portanto, para o desenvolvimento é necessário metodologias que contribuam na adaptação sócio educativa.

O professor dedicado a questão de ensinar a todos e também aos alunos com altas habilidades deve lembrar-se que não existe só o funcionamento cognitivo, mas, também, o afetivo e o criativo, todos em interação social dinâmico e contínua numa sala de aula. (ARANHA, 2005, p. 55)

É de extrema importância que o professor esteja preparado para exercer sua função. Logo, “a formação dos professores para adaptação social e reprodução de modelos educacionais, é possível pela produção do conhecimento, a afirmação da educação inclusiva” (COSTA, 2012, p. 95). A preparação é fundamental, a formação é necessária para que o processo inclusivo realmente aconteça.

É relevante também que o ambiente de trabalho tenha condições para receber os discentes, pois a educação inclusiva envolve toda gestão Educacional. Diante disso,

a inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. (MANTOAN, 2003, p. 57)

Quando se trata da necessidade de integrar o aluno ao âmbito social, devemos nos lembrar que há um conjunto de fatores que merecem atenção. Logo, é imprescindível ficar atento às necessidades do aluno, verificação das dificuldades e habilidades. E também, se o ambiente ao redor o favorece, se a metodologia aplicada apresenta eficácia, bem como observar a evolução e a interação do discente.

É importante que tanto o docente quanto o discente tenham afinidade, pois, esse vínculo facilita a aprendizagem de ambos. Para o professor a proximidade facilitará o trabalho no desenvolvimento da criança. É uma questão que requer tempo para que haja a evolução do aluno, pois ele descobre e conhece um novo olhar sobre o mundo em que ele faz parte ou está integrado.

É importante que a escola se informe sobre as especificidades das deficiências atendidas e sobre os meios adequados para fazer com que o educando encontre no ambiente escolar um contexto que proporcione aprendizado e crescimento nos aspectos afetivo, social, cognitivo e psicomotor, sem discriminá-lo por possuir seu próprio tempo e ritmo de aprender. (PIMENTEL, 2012, p. 142)

E não somente os alunos da inclusão devem ter essa percepção, mas todos os envolvidos, a conscientização deve ser de todos. A diferença da inclusão é que, os que tem maior dificuldade necessitam de ajuda ou acompanhamento para que consigam se desenvolver no convívio com outros alunos e, obtenham melhor desenvolvimento social. O apoio auxiliará para alcançar resultados eficazes nas dificuldades, principalmente em suas habilidades, tirando assim o máximo de proveito que elas oferecem.

Para que tenha uma educação inclusiva de qualidade existem alguns pontos importantes a serem destacados. Principalmente deve-se compreender que não depende somente do profissional qualificado. Precisa-se também de uma escola que atenda às necessidades do aluno com acessibilidade para as deficiências físicas,

brinquedos estimulativos, materiais para trabalhar a imaginação, demanda adequada de professores, entre outros requisitos, pois a inclusão inclui a todos para que haja resultado. Logo, pode se dizer que a educação inclusiva é,

Uma inovação que implica um esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria das escolas brasileiras. Para uma efetiva implementação do modelo inclusivo na educação, faz-se necessária uma profunda reorganização escolar, que vai muito além de aceitar crianças deficientes na escola ou até mesmo realizar adaptações físicas ou curriculares de pequeno porte, que se restrinjam à sala de aula, sem, contudo, contribuir para que haja uma real transformação da dinâmica dos processos pedagógicos, nem da qualidade das relações estabelecidas na instituição escolar. (SAMPAIO, 2009, p. 44-45).

Sampaio alerta que está longe de se obter um processo inclusivo de qualidade, que não só basta fazer pequenas modificações no currículo escolar ou na estrutura física da instituição de ensino.

Para que haja realmente um alcance significativo na inclusão é necessário que tenha mudanças drásticas de ambiente escolar, a começar pela infraestrutura. Não é só fazer uma rampa para cadeirante ou um banheiro que seja adequado. Toda estrutura escolar de ensino público deveria ser projetada para atender as demandas de deficientes físicos e psicológicos, com espaço suficiente, com sinalizações adequadas brinquedos para atender todos tipo de trabalho, sejam eles motores ou sensoriais.

Estamos muito longe de ser aptos cem por cento a oferecer uma inclusão de qualidade. Ainda há um grande desfalque de profissionais aptos para lidar com crianças especiais, lembrando que a falta de valorização nesta área é uma questão muito presente. No concluir dos fatos ainda falta muitos fatores para que realmente se obtenha uma educação inclusiva que inclua realmente os alunos no ambiente escolar e social.

No contexto da educação inclusiva, conforme discutido no livro "O Professor e a Educação" Crochík destaca a despreparação dos profissionais de educação como um desafio central, afirmando, que a educação inclusiva se depara com vários obstáculos desde a preparação de cada professor para sua criança. (CROCHÍK, 2012). Isso ressalta a necessidade de formação especializada e recursos pedagógicos adaptativos, fundamentais para uma implementação eficaz da educação inclusiva.

A formação dos professores deve abranger o desenvolvimento de sua sensibilidade para que possam refletir sobre a própria prática docente e, assim, planejar de maneira flexível, articulando o ensino às demandas de aprendizagem dos alunos, considerando diversas possibilidades de educacionais. (COSTA, 2010a, p. 531)

A parceria entre família e escola é outro ponto crucial mencionado por Crochík (2012) ele enfatiza que de certa forma, a família deve estar presente em tudo e fazer uma conexão entre professores e alunos. Esta colaboração contínua e efetiva é essencial para atender às necessidades individuais de cada aluno.

Além disso, é necessário repensar as práticas pedagógicas para promover uma verdadeira inclusão, o que envolve uma reestruturação profunda do ambiente educacional. Crochík (2012) observa que é relevante também que o ambiente de trabalho tenha condições para receber os discentes, pois a educação inclusiva envolve toda a gestão Educacional. Assim, a inclusão efetiva exige uma mudança na mentalidade e na cultura das escolas.

Em resumo, como o autor mencionado articula a educação inclusiva não é apenas sobre aceitar a diversidade, mas sobre adaptar e melhorar ativamente o sistema educacional para atender a todos os alunos. Isso requer um compromisso contínuo e uma revisão constante das estratégias pedagógicas e das infraestruturas escolares.

1.3 Papel da família no processo de inclusão

A família é a base para que haja um melhor entendimento da escola e da sociedade sobre as dificuldades e faculdades que a criança tem sobre suas limitações. Ela é “o elemento ativa. Nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evoluiu de um grau mais baixo para outro mais elevado.” (ENGELS, 2002, p. 34).

É de extrema importância que os familiares tenham conhecimento e saibam lidar diante da dificuldade e da limitação, seja ela física ou mental, pois assim poderá transmitir às pessoas a melhor forma de agir com a criança. Processo esse que tornará muito mais fácil a proximidade das pessoas com quem tem necessidades especiais, porque saberá como se comportar.

A família possui papel importantíssimo dentro da educação de uma criança, seja positivamente ou negativamente. Mesmo com o consenso a respeito dessa verdade sobre a educação inclusiva, o debate (pedagógico, moral, jurídico e político) sobre como esse papel familiar deve ser exercido é quase sempre reaberto. (SILVA, 2019, p. 83)

Se torna difícil o avanço no processo de inclusão quando a família não informa as limitações específicas, precisas e nem as facilidades da criança para a escola, porque essa informação ajuda e muito no desenvolvimento e no crescimento pessoal, psicológico e social do estudante. Assim como também, não acompanha seu desenvolvimento escolar, pois com o acompanhamento deste aluno na escola pode se aprender métodos inovadores para aplicar em casa. Portanto, “os pais das crianças com necessidades especiais representam outro grupo importante de atores do processo educacional cuja contribuição para a mudança de paradigmas deve ser garantida.” (OLIVEIRA, 2011, p. 255)

Para que tenha maior interações, mais conhecimento e aprendizado sobre o aluno é necessário que a escola promova eventos que interajam escola, aluno e família. Os eventos devem ser planejados por meio de brincadeiras interativas adequadas às necessidades e com isso, haverá uma dinâmica entre todos.

No processo de socialização da criança na educação inclusiva, o papel dos pais é de extrema relevância. É necessário que seus tutores os acompanhem em casa, com treinos de tarefas, conhecendo os limites, as facilidades e dificuldades de aprendizado, para que assim tenha um conhecimento aprofundado de como lidar com seus filhos. Orientá-los sobre a escola, ensinando que é um local de aprendizagem, que se faz amigos e também adquire conhecimentos, não deixar eles se sentirem incapazes, incentivá-los a ir nas aulas. A família contribui imensamente quando participa da vida escolar do seu filho, pois esse processo impulsiona na produtividade do aluno.

Dentro deste contexto, a parceria entre a família e a escola assume um papel estratégico, conforme destacado em "*Introdução Geral à Educação Inclusiva*" (2019). Os pais, ao compartilharem informações pertinentes sobre as características específicas de seus filhos e ao colaborarem ativamente com os professores, facilitam a adaptação do currículo e das atividades pedagógicas. Esta colaboração é essencial para a criação de um ambiente de aprendizado inclusivo e eficaz, onde cada criança é valorizada e suas necessidades individuais são atendidas. Além disso, o apoio

emocional e o encorajamento dos pais são fundamentais para fortalecer a autoestima e a resiliência da criança, habilidades cruciais para o seu desenvolvimento integral.

Deve-se levar em conta que quanto mais a escola sabe sobre o discente, melhor será para se trabalhar com suas necessidades, neste caso o diálogo entre professores e os pais é muito importante. A criança ao ter segurança da parte familiar e escolar o torna mais confiante e confortável diante dos desafios que virá ao longo de sua vida social. Esta parceria pais e profissionais permite que todos sejam melhor compreendidos e trabalhem de forma harmoniosa.

Trata-se, então, de buscar fazer com que a família se perceba como participante do processo educacional, uma vez que ela pode contribuir com aspectos fundamentais durante o tempo que a criança passa sob sua influência, sem, no entanto, ter a pretensão de substituir o lugar da escola. (PORTELA, 2009, p. 156)

É necessário que pais e familiares entendam que no caminho do aprendizado eles são partes cruciais para que se obtenha uma evolução significativa no desenvolvimento psicossocial do aluno. A participação dos pais é fundamental não só em famílias que tem criança com necessidade especial mais em todas as crianças é muito importante.

Mas, falando sobre os pais se preocuparem com o desenvolvimento do filho em sala de aula, como os colegas tratam o seu filho, se eles têm preconceito ou se eles o tratam sem nenhuma diferença essa é a maior preocupação dos pais de uma criança especial, porque começa aí um caminho certo para uma aprendizagem de sucesso. A criança especial tem que ter um certo cuidado pra ser amada tanto na escola quanto em casa, para que ela se sinta acolhida, assim o processo de aprendizado é mais fácil.

Os pais de uma certa forma têm diversos desafios, por exemplo, criança que não quer ir para a escola, no entanto, depois que chega lá se sente bem. Ser alfabetizado na idade certa é muito importante, sem tirar o mérito dos professores que são maravilhosos, tem uma paciência enorme.

Algumas crianças com necessidades especiais são difíceis de lidar, demoram a prestar a atenção. Logo, é necessário que a família trabalhe com as atividades de casa, com as atividades de escrita para que a coordenação fina se desenvolva. São muitos os desafios encontrados pela família, mas com a união entre a escola é possível realizar um bom trabalho em prol do desenvolvimento da criança. Pois, nem

todas as atividades propostas para a turma com alunos regular, crianças com necessidades especiais conseguem realizar.

2 PRINCÍPIOS E DIREITOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva é um direito fundamental e um princípio essencial para a construção de uma sociedade justa e igualitária. Este conceito abrange a garantia de acesso à educação de qualidade para todos, independentemente de suas habilidades, necessidades ou diferenças. É um processo contínuo de promover ambientes de aprendizagem acolhedores e adaptáveis, onde cada estudante é valorizado e tem a oportunidade de atingir seu potencial máximo. Elementos esses que podem ser averiguados pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) e também pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Neste contexto, as políticas públicas surgem como instrumentos vitais para concretizar este direito. Estas políticas são programas ou ações desenvolvidas pelo governo para garantir os direitos previstos na Constituição Federal, organizando e regulando as atuações governamentais em todas as esferas. Quando falamos de política educacional, nos referimos a ideias, ações e, principalmente, “políticas governamentais que reconhecem a pluralidade e diversidade da educação em um determinado momento histórico”. (VIEIRA, 2007, p. 56).

Além da atual Constituição Federal (BRASIL, 1988) e suas emendas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei n. 9.394 (BRASIL, 1996) - como o próprio título indica, fundamentou diretrizes básicas para a educação no Brasil.

Araújo (2011) enfatiza a dualidade inerente ao direito à educação, balançando entre garantir o acesso à educação de qualidade e oferecer oportunidades igualitárias nas escolas. Ele aponta que, embora as escolas públicas sejam substanciais em termos quantitativos, muitas vezes elas enfrentam desafios qualitativos. Isso destaca a necessidade de diferenciar o direito à educação de outros direitos sociais, considerando sua vinculação à obrigatoriedade escolar.

Para Gonçalves (2022) o governo tem desempenhado um papel nessa questão, mas enfrenta desafios na realização da meta emancipadora que é fundamental para o direito à educação. Este direito tem sido frequentemente negligenciado, como evidenciado desde a década de 1970, seja pela democratização insuficiente do ensino ou pela falta de recursos físicos e humanos, como a disponibilidade de professores capacitados. Atualmente esse aspecto, disponibilidade de professores capacitados, não se aplica mais. O que o governo procura são

professores ou não para ocuparem estes cargos na educação inclusiva devido à baixa remuneração e garantia de economia. No entanto, é importante reconhecer os esforços contínuos para superar esses desafios. Iniciativas recentes e reformas educacionais têm buscado melhorar a qualidade da educação em escolas públicas.

Klaus Frey é um renomado especialista em políticas públicas na educação e tem contribuído significativamente para o debate sobre como melhorar a qualidade da educação por meio de políticas públicas eficazes. De acordo com Frey, "as políticas públicas são instrumentos fundamentais para a construção de uma educação de qualidade, pois elas estabelecem os parâmetros, objetivos e metas que orientam o desenvolvimento das ações no setor". (FREY, 2000, p. 15).

Em relação à educação básica, Frey ressalta a importância de políticas que visem garantir o acesso universal e equitativo à educação. Segundo ele, "a universalização do acesso à educação é uma premissa básica para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, por isso é fundamental que as políticas públicas na área da educação busquem garantir esse direito a todos os cidadãos" (FREY, 2000, p. 60).

Frey também destaca a necessidade de políticas que priorizem a formação continuada dos professores, visando a melhoria da qualidade do ensino. Segundo ele, "a formação continuada dos professores é um aspecto fundamental para a melhoria da qualidade da educação, pois permite que os profissionais estejam sempre atualizados e preparados para enfrentar os desafios do processo educativo" (FREY, 2000, p. 115). Por fim, Frey chama a atenção para a importância da participação da sociedade na definição e implementação das políticas públicas na área da educação.

A participação da sociedade é fundamental para a construção de políticas públicas mais eficazes e adequadas às demandas da população. Por isso, é preciso que haja canais efetivos de participação, como conselhos, audiências públicas e outras formas de consulta popular. (FREY, 2000, p. 244).

As concepções políticas educacionais exercem um papel fundamental na definição da prática pedagógica na educação infantil. É preciso compreender as diferentes correntes políticas e suas implicações na educação para que seja possível construir uma prática pedagógica que respeite as singularidades de cada criança e promova a formação de cidadãos críticos e conscientes. É fundamental que o Estado, a sociedade e os profissionais da educação trabalhem juntos para superar os desafios

que ainda existem na garantia de uma educação infantil de qualidade para todas as crianças. A educação infantil é um momento crucial na formação da criança como cidadã e é fundamental que ela seja vista como um investimento na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Os Estados e os municípios têm o compromisso de sempre procurar manter a população em condições de vida que haja acessibilidade às suas necessidades básicas, saúde, alimentação, segurança. As políticas públicas entram nesse contexto para minimizar as dificuldades enfrentadas pela população, através de programas e ações que beneficiam diretamente a sociedade, atuando na área do lazer, educação, saúde, cultura, trabalho entre outros.

Existem dois tipos de políticas públicas, as que focam em um alvo social específico chamada de distributivas. E as políticas regulatórias que já envolvem situações sobre direitos e deveres sociais, trata-se de questões burocráticas. Ou seja, o poder executivo e o legislativo são responsáveis pelas políticas públicas de nosso país, o executivo como já sugere o nome é responsável em pôr em prática suas ações ou seus programas sociais. Já o legislativo efetua as leis para determinadas políticas que são aplicadas.

Portanto, o objetivo da educação inclusiva é garantir o direito a uma educação para todos, eliminando qualquer tipo de discriminação seja ela física, psicológica ou social, e também proporcionar a todos a dignidade de se socializar e o direito a igualdade.

Todo cidadão tem direito a uma educação que se necessário se adapte às suas necessidades, seja ela qual for, de estrutura física ou seja com acesso adequado ao local de estudo, ou com condições de aprendizagem que facilite ou que se adequar com a forma de que o aluno aprende.

A Educação Inclusiva é um processo, portanto, em construção permanente. Processo esse que abarca um grupo heterogêneo. No Brasil, geralmente utilizamos o termo para nos remetermos ao processo de inclusão educacional de crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e/ ou superdotação. (SILVA, 2021, p. 50)

A inclusão tem como objetivo a interação do aluno a normalidade e dignidade que ele tem por direito como ser humano. Mas, para isso, é preciso não só do professor, e sim de todo conjunto educativo, ou seja, da interação ou colaboração de

todos os envolvidos. Portanto, é importante conhecer e reconhecer leis que amparam o processo ensino aprendizagem na modalidade de educação inclusiva.

O reconhecimento das diferenças e a conscientização acerca da garantia de igualdade de oportunidades orientam para uma política permeada pela ética de inclusão, ou seja, a concretização de atitudes que favoreçam que os indivíduos possam ser iguais, inclusive para exercer o imperativo da ética de inclusão, de que as pessoas com necessidade educacionais especiais têm o direito de tomar parte ativa na sociedade, com oportunidades iguais às da maioria da população. Desta forma, vale ressaltar a importância que o professor tem em dar sentido em vivências que possibilitem ao aluno interagir e comunicar. (ABDELKAREM, 2019, p. 68)

Fica entendido o compromisso com a escola, a inclusão com todos os integrantes da unidade, que as pessoas nascem livres, com os direitos iguais perante a educação e ao mundo social. Importante aqui destacar que a trajetória da legislação sobre educação inclusiva no Brasil é marcada por avanços significativos, refletindo uma mudança profunda nas perspectivas sociais e políticas em relação à educação. Desde a primeira Constituição Brasileira em 1824, que estabeleceu a instrução primária gratuita para todos os cidadãos (BRASIL, 1824), até a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão em 2015 (Lei nº 13.146), o caminho tem sido longo e desafiador.

No século XIX, a educação era frequentemente negligenciada. Jannuzi (2012) e Kassar (2013) destacam que, apesar da garantia constitucional, a realidade educacional era marcada por altas taxas de analfabetismo e falta de estruturas adequadas. A Constituição de 1891, seguindo a proclamação da República, introduziu mudanças significativas, descentralizando as atividades educacionais e conferindo mais autonomia aos Estados (VALENÇA, 2017).

A preocupação com a educação ganhou força com a Constituição de 1934, que atribuiu à União a responsabilidade de estabelecer as diretrizes da educação nacional (KASSAR, 2013). Esta tendência continuou com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, que abordou a educação de pessoas "excepcionais", sinalizando um movimento em direção à inclusão (BRASIL, 1961).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990 (Lei n. 8.069), reforçou o direito à educação e enfatizou o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência (BRASIL, 1990b). A ratificação da Convenção da Guatemala pelo Brasil em 2001 representou um avanço na reformulação da Educação Especial, promovendo práticas mais inclusivas (BRASIL, 2001a).

O ponto culminante dessa evolução legislativa foi a Lei Brasileira de Inclusão de 2015 (Lei nº 13.146), que estabeleceu um sistema educacional inclusivo em todos os níveis para pessoas com deficiência, simbolizando um comprometimento profundo com os direitos educacionais inclusivos (BRASIL, 2015a).

Esta progressão da legislação brasileira, da negligência inicial a uma abordagem inclusiva e abrangente, reflete uma mudança paradigmática significativa na sociedade. A Lei Brasileira de Inclusão, em particular, é um marco na garantia de uma educação acessível e igualitária, demonstrando o compromisso do Brasil com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a inclusão é um direito fundamental e um componente essencial para o desenvolvimento social.

Após essa ampla revisão das mudanças legislativas e políticas que moldaram a educação inclusiva no Brasil, o foco se volta agora para a análise mais detalhada de uma peça chave nesse cenário: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A LDBEN, estabelecida pela Lei nº 9.394/1996, representa um marco significativo na educação brasileira, especialmente no que diz respeito à inclusão de estudantes com necessidades especiais.

Este próximo tópico, visa explorar o impacto e as implicações dessa legislação fundamental, delinear como ela influenciou a abordagem da inclusão nas escolas e instituições educacionais e examinar como a LDBEN alinha-se com as políticas e práticas contemporâneas de educação inclusiva. A análise da LDBEN é crucial para entender como as diretrizes legais se traduzem em práticas educacionais inclusivas e efetivas, marcando assim um ponto de inflexão na trajetória educacional do Brasil em direção a um sistema mais acessível e equitativo.

2.1 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN e a inclusão

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n. 9.394/1996 define a educação infantil como a primeira etapa da educação básica e estabelece as diretrizes para a organização da educação nessa etapa. A LDBEN prevê a oferta de educação infantil em creches e pré-escolas, e determina competências e habilidades a serem desenvolvidas, tais como a formação de identidade e autonomia, e o estímulo à criatividade e ao pensamento lógico (BRASIL, 1996).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), ao posicionar a educação infantil como base da educação básica, ressalta a importância da inclusão desde os primeiros anos de escolaridade, destacando a necessidade de introduzir conceitos de diversidade e inclusão desde cedo na jornada educacional das crianças (CORREIA, 2014).

Como marco regulatório da educação brasileira, a LDBEN nº 9.394/1996 estabelece diretrizes e bases para a organização da educação nacional em todos os níveis e modalidades, incluindo princípios que orientam a inclusão de todos os estudantes, especialmente aqueles com deficiência, no sistema educacional (BRASIL, 1996).

Logo esta lei desempenha um papel vital no contexto da inclusão educacional, não somente estabelecendo diretrizes para a educação de estudantes com deficiência, mas também reforçando o compromisso do sistema educacional com a igualdade de oportunidades, reconhecendo a necessidade de um sistema educacional que acolha todas as diversidades (GARCIA & RODRIGUES, 2018).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em sua primeira versão, destacava o direito das pessoas com deficiência à educação, enfatizando a necessidade de um sistema educacional inclusivo baseado na igualdade de oportunidades, alinhando-se à concepção de deficiência da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015 (BRASIL, 2015; OLIVEIRA & SANTOS, 2017).

Esta versão da BNCC enfatizava a promoção da acessibilidade nos estabelecimentos de ensino, superando a visão de deficiência como sinônimo de invalidez, e ressaltava a importância de investir em medidas de apoio para a autonomia e independência da pessoa com deficiência (BRASIL, 2015).

A BNCC aborda o Atendimento Educacional Especializado (AEE), ressalta a relevância na organização de materiais, recursos e atividades que complementam ou suplementam a escolarização de estudantes com deficiência e outras necessidades especiais. (BRASIL, 2015; SANTOS & MENEZES, 2019).

No entanto, nas versões subsequentes da BNCC, observa-se um aparente distanciamento das premissas iniciais de inclusão. A segunda versão, embora mantivesse o foco na inclusão escolar, não mencionava especificidades de cada etapa educacional na promoção de uma educação inclusiva. A terceira versão, normatizada em 2017, apresentou mudanças significativas, incluindo a supressão da seção

específica sobre Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2017; FERREIRA & ALMEIDA, 2019).

Essas mudanças nas versões subsequentes da BNCC levantam questões sobre a coerência e o compromisso contínuo com os princípios de inclusão na educação, e podem impactar negativamente a implementação de práticas inclusivas nas escolas. (GARCIA & RODRIGUES, 2018).

A ausência de uma abordagem explícita à inclusão das crianças com deficiência na versão final da BNCC pode ter implicações significativas para a construção de currículos inclusivos, especialmente na Educação Infantil. (SILVA & PEREIRA, 2018).

As três versões da BNCC refletem um processo de (des)encontro em relação à inclusão educacional, sugerindo a necessidade de um alinhamento mais consistente com as diretrizes da LDBEN para garantir uma abordagem educacional verdadeiramente inclusiva (OLIVEIRA & SANTOS, 2017).

A Lei Brasileira de Inclusão a Lei 13.146/2015, estipula que pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (NASCIMENTO & MILITÃO, 2022).

A atualização da LDBEN em 2021, com a aprovação de regras para a Educação Bilíngue de surdos, é um exemplo da evolução contínua da legislação para atender às necessidades emergentes na educação inclusiva. (BRASIL, 2021; NASCIMENTO & MILITÃO, 2022).

Portanto, a inclusão, na perspectiva da LDBEN e da Lei Brasileira de Inclusão, envolve mais do que a presença física dos estudantes com deficiência nas salas de aula regulares. Ela requer a criação de um ambiente educacional inclusivo que adapte o currículo, métodos de ensino, materiais didáticos e infraestrutura escolar para atender às necessidades de todos os alunos (FERREIRA & ALMEIDA, 2019).

A educação inclusiva, conforme estabelecida pela LDBEN e ampliada pela Lei Brasileira de Inclusão, reflete um compromisso com a diversidade e a igualdade, assegurando que todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento. (GARCIA & RODRIGUES, 2018).

A evolução da educação inclusiva no Brasil, moldada por marcos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e a Lei Brasileira de

Inclusão, cria um contexto sólido para a adoção de práticas inclusivas em ambientes escolares como descrito neste texto. Essa trajetória é fundamental para entender o panorama amplo da educação inclusiva no país. Além disso, é essencial considerar os planos decenais de educação, que estabelecem metas e estratégias de longo prazo para o setor educacional. O tópico subsequente discutirá o impacto desses planos no progresso da inclusão educacional no Brasil, analisando as metas estabelecidas, os desafios encontrados e os avanços realizados em direção a um sistema educacional verdadeiramente inclusivo, capaz de atender às necessidades de todos os estudantes, respeitando suas diversidades e potencialidades.

2.2 Os planos decenais e o processo inclusivo

O Plano Nacional de Educação estabelece metas e estratégias para o melhor atendimento às pessoas com deficiência ou transtornos globais. Ou seja, a legislação ampara que todos os indivíduos, independentemente de sua condição, tenham seus direitos resguardados. (BRASIL, 2014)

A discussão em torno da inclusão escolar tem sido um tema central nos debates educacionais no Brasil, especialmente desde a década de 1990. Estes debates têm focado na concretização do direito à educação em diversas facetas da exclusão social, racial, de gênero, ou de pessoas com deficiências e complementa que

Educação Especial é um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, para garantir a educação formal dos educandos que apresentam necessidades educacionais muito diferentes da maioria das crianças e jovens. (MAZZOTTA E SOUSA, 2007, p. 101)

Diante disso “a inclusão é vista como um processo complexo, multifacetado e dialético, envolvendo dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas”. (SAWAIA, 1999, p. 102).

O Plano Decenal de Educação para Todos (1993/2003) teve um papel crucial nesta jornada, inspirado na Declaração Mundial sobre a Educação para Todos de 1989 e focando na universalização da educação com qualidade e na erradicação do

analfabetismo. Este plano incluiu preocupações específicas com a "integração à escola de crianças e jovens portadores de deficiência" (BRASIL, 1993, p. 106).

A Política Nacional de Educação Especial, formulada em 1993, baseou-se no plano decenal de educação para todos e no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, bem como na Declaração de Salamanca de 1994, e entende-se que o objetivo sempre foi de que

a educação inclusiva concretize-se numa escola para todos não só nos debates políticos, acadêmicos, profissionais, mas contando com uma clarificação de diretrizes e provisão de meios para a ação educacional escolar abrangente, integradora, inclusiva, em todos os níveis da administração educacional e particularmente na escola. (MAZZOTTA E SOUSA, 2007, p. 107).

A Declaração de Salamanca tornou-se um referencial fundamental para o debate sobre Educação Inclusiva, propondo que escolas deveriam “acolher todas as crianças, independentemente de suas condições, e ser capazes de educar todos os alunos, inclusive aqueles com deficiências graves”. (BRASIL, 1997, p. 108).

Estes princípios refletem a consolidação dos anseios de grupos organizados e o fortalecimento da convicção da importância e urgência de transformações socioeducacionais. (MAZZOTTA E SOUSA, 2007).

Além dos marcos históricos e legislativos estabelecer metas concretas para a educação inclusiva, é fundamental para orientar as políticas e práticas educacionais. Uma das metas primordiais é a universalização do acesso à educação. Esta meta visa garantir que todas as crianças, jovens e adultos, incluindo aqueles com deficiência, tenham acesso à educação de qualidade. Atingir essa meta implica superar barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais que atualmente impedem o acesso pleno e efetivo a esses indivíduos. O fundamental é que a escola se firme como espaço privilegiado das relações sociais para todos, não ignorando, portanto, aqueles que apresentem necessidades educacionais especiais.

Em outros termos, acolhendo "crianças com deficiências e crianças bem-dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de populações distantes ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizado, conforme aponta a Declaração de Salamanca. (MAZZOTTA E SOUSA, 2007, p. 100).

Para que a universalização do acesso seja efetiva, é crucial a adequação de recursos e metodologias nas escolas. Essa meta abrange a necessidade de equipar

as escolas com recursos adequados e adotar metodologias de ensino flexíveis. Tais recursos incluem o uso de tecnologias assistivas e materiais didáticos adaptados, além da implementação de abordagens pedagógicas diferenciadas que atendam à diversidade dos alunos. (MAZZOTTA E SOUSA, 2007).

A formação de professores representa outra meta crucial na jornada da educação inclusiva. Os professores e profissionais da educação precisam de formação contínua para lidar eficientemente com a diversidade em sala de aula. Isso envolve o desenvolvimento de competências específicas para a educação inclusiva, incluindo um entendimento aprofundado sobre diferentes tipos de deficiência e estratégias pedagógicas adaptadas para atender a essas necessidades (MAZZOTTA E SOUSA, 2007).

Além da formação de professores, é importante a implementação de políticas que promovam a inclusão em todos os níveis do sistema educacional. Isso inclui a criação de ambientes de aprendizagem inclusivos e acessíveis, que não apenas acolham a diversidade, mas também celebrem e valorizem as diferenças individuais como uma parte essencial do processo educacional.

A colaboração entre os diversos setores da sociedade também é uma meta vital para o sucesso da educação inclusiva. Isso envolve parcerias entre escolas, famílias, comunidades e organizações governamentais e não governamentais. Essa abordagem colaborativa é fundamental para criar um sistema educacional holístico que suporte eficazmente as necessidades de todos os alunos.

A avaliação e o monitoramento contínuo das práticas educacionais inclusivas são igualmente importantes. Essas ações ajudam a garantir que as políticas e práticas estejam alinhadas com as metas estabelecidas e que sejam feitos ajustes conforme necessários. Isso assegura que o sistema educacional não apenas se comprometa com a inclusão, mas também avance continuamente em direção a uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa.

Portanto, é fundamental que haja um compromisso político e social contínuo com a educação inclusiva. Isso significa que as metas estabelecidas devem ser apoiadas por políticas públicas consistentes e financiamento adequado. A educação inclusiva não é apenas uma meta educacional, mas também um imperativo social e ético, exigindo o comprometimento e o esforço de toda a sociedade. No contexto educacional, é crucial que a escola seja um espaço de relações sociais inclusivas,

acolhendo todos os alunos, inclusive aqueles com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 1997).

A diversidade humana, uma vez aceita, exige a garantia de igualdade de desiguais no espaço público, essencial para a participação social ativa e a construção da cidadania. Esta igualdade é fundamental para evitar a exclusão e a marginalização dos menos favorecidos “a política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças”. (ARENDR, 1997, p. 07).

Uma educação inclusiva eficaz requer a transcendência das restrições ideológicas impostas aos termos "integração" e "inclusão" (MAZZOTTA E SOUSA, 2007, p. 115).

A educação especial é frequentemente mal interpretada e deve ser entendida como um conjunto de recursos e serviços educacionais projetados para apoiar, complementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais regulares. O direito das crianças à participação na educação infantil é um tema envolto em complexidades, dissensos, divergências, antagonismos e paradoxos, que muitas vezes resultam em sua difícil efetivação nos contextos de Educação Infantil e na sociedade. Neste âmbito, é importante considerar que “a depender do ponto de vista de onde se examina uma determinada esfera de intervenção estatal, a relação entre o todo e as partes se modifica, na proporção direta do que é maior ou menor nos diferentes campos de atividade”. (GONÇALVES, 2022, p. 226)

Contudo, os movimentos de reforma do Estado, orientados por uma ideologia neoliberal, têm restringido a noção de direitos sociais, com ênfase na prestação de serviços sociais. Esta transformação do papel do Estado, com a adoção de um *ethos* competitivo, tem impactado diretamente a educação, incluindo a educação especial. A avaliação, vista como instrumento de eficiência e produtividade, pode induzir a competição, afetando negativamente a inclusão e a qualidade da educação para todos. (MAZZOTTA E SOUSA, 2007).

A luta pela educação inclusiva enfrenta o paradoxo de, ao mesmo tempo, estimular o atendimento escolar de alunos deficientes nas classes comuns e promover um modelo competitivo de avaliação educacional, potencialmente excludente. Este cenário alerta para a possibilidade de, em nome da inclusão, estar-se inviabilizando a concretização do direito à educação escolar para alunos com deficiências físicas, sensoriais ou mentais.

Assim as políticas educacionais devem ser norteadas por princípios que viabilizem o direito à educação para todos, respeitando a diversidade e promovendo a inclusão verdadeira. O desafio permanece em equilibrar as necessidades de uma educação especial eficaz com os imperativos de um sistema educacional inclusivo e justo.

2.3 A Implementação da BNCC e do DC-GO em Goiás: Um Avanço na Educação Inclusiva

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a elaboração do Documento Curricular para Goiás (DC-GO) representam etapas significativas na evolução da educação inclusiva no Brasil, em particular no estado de Goiás. A BNCC, como marco normativo que define competências e habilidades essenciais a serem desenvolvidas em todos os níveis da educação básica, incluem diretrizes específicas para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (CUNHA et al., 2021).

Segundo o Ministério da Educação (2018), a BNCC e o DC-GO enfatizam a necessidade de um ensino inclusivo, equitativo e de qualidade, garantindo o acesso de todos os alunos a uma educação que responda às suas necessidades. O DC-GO, desenvolvido em colaboração entre a SEDUCE e a UNDIME/GO, traduz e adapta os princípios da BNCC para a realidade educacional de Goiás (CUNHA et al., 2021).

A implementação do Documento Curricular para Goiás (DC-GO) enfrenta desafios significativos, como a resistência à mudança e a falta de recursos. Além disso, as disparidades regionais dentro de Goiás podem levar a diferenças na maneira como o DC-GO é implementado em diferentes escolas e regiões do estado (OLIVEIRA & RIBAS, 2022).

Uma preocupação central é a capacitação dos professores para aplicarem efetivamente as diretrizes do DC-GO. A formação continuada precisa ser mais do que uma introdução superficial aos novos currículos; ela deve abordar a prática pedagógica de maneira profunda e reflexiva (CUNHA et al., 2021).

O DC-GO propõe um currículo que valoriza a inclusão e a diversidade, desafiando os professores a integrar esses valores em suas práticas pedagógicas. Essa abordagem busca garantir que todos os alunos, independentemente de suas necessidades educacionais, sejam atendidos de forma eficaz. (CUNHA et al., 2021).

No contexto da educação inclusiva, o DC-GO introduz estratégias pedagógicas adaptativas, uso de tecnologia assistiva, e a formação continuada de professores para lidar com a diversidade em sala de aula. Além disso, a formação de professores é um pilar essencial da BNCC, enfatizada no DC-GO como crucial para o sucesso da educação inclusiva. (CUNHA et al., 2021).

No entanto, a implementação do DC-GO enfrenta desafios significativos. As crenças e práticas dos professores, influenciadas por contextos institucionais e experiências anteriores, podem dificultar a assimilação de novos métodos pedagógicos.

O DC-GO destaca a necessidade de um currículo centrado no aluno, que reconheça e responda às necessidades individuais de aprendizagem. Isso exige uma mudança de abordagem, onde o aluno, e não o conteúdo programático, está no centro do processo educacional. (OLIVEIRA & RIBAS, 2022).

Outro aspecto importante é a integração da tecnologia na educação. O DC-GO enfatiza a importância da tecnologia assistiva e das ferramentas digitais para enriquecer o processo de aprendizagem e tornar o ensino mais acessível e inclusivo. (CUNHA et al., 2021).

A implementação bem-sucedida do DC-GO depende de uma colaboração efetiva entre educadores, administradores e a comunidade escolar. O diálogo constante e a troca de experiências entre esses grupos são cruciais para adaptar o currículo à realidade local e garantir que ele atenda às necessidades dos alunos. (OLIVEIRA & RIBAS, 2022).

Por fim, a avaliação contínua e o feedback são essenciais para monitorar a eficácia do DC-GO e fazer ajustes conforme necessário. Esse processo de avaliação e revisão ajuda a garantir que o currículo permaneça relevante e eficaz no atendimento às necessidades dos alunos e dos professores. (CUNHA et al., 2021).

Em suma, a BNCC e o DC-GO representam um avanço significativo na educação inclusiva no Brasil. No entanto, para que esses documentos alcancem seu potencial pleno, é crucial que haja um investimento contínuo em formação de professores, para que eles possam refletir sobre suas crenças e práticas pedagógicas e alinhar suas ações com as diretrizes do DC-GO.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão desta pesquisa representa um momento de reflexão crítica e síntese das principais temáticas abordadas ao longo deste estudo. Este trabalho adentrou profundamente no domínio da educação inclusiva, contemplando aspectos como a capacitação docente, a eficácia das políticas públicas, e o papel fundamental da família no processo educativo inclusivo.

Foi constatado, através desta investigação, que a inclusão educacional transcende a mera inserção de alunos com necessidades especiais em ambientes educacionais convencionais. Ela exige uma reformulação sistemática das práticas pedagógicas, uma reconfiguração dos espaços de aprendizagem e uma transformação na cultura institucional, objetivando acomodar e valorizar a diversidade estudantil.

A qualificação profissional dos educadores emergiu como um eixo central para a efetivação da educação inclusiva. A formação continuada, focada nas especificidades e desafios da inclusão, é imprescindível para que os professores possam exercer seu papel com competência e sensibilidade. Além disso, a interação sinérgica entre instituições educacionais e o núcleo familiar se apresentou como um vetor crucial para o sucesso do processo inclusivo, reforçando a necessidade de uma abordagem colaborativa e integrada.

As políticas públicas, por sua vez, desempenham um papel crucial na consolidação da educação inclusiva, devendo ser estruturadas de forma a fomentar um ambiente educacional que não apenas acomode, mas efetivamente promova a igualdade de oportunidades para todos os alunos, independentemente de suas particularidades.

Este estudo revelou que, a despeito dos progressos legislativos e das iniciativas políticas em vigor, persistem desafios consideráveis na implementação de práticas educativas verdadeiramente inclusivas. Tais desafios demandam uma dedicação contínua e um comprometimento de todos os agentes envolvidos no processo educacional.

Observou-se que a efetiva implementação das diretrizes da BNCC e do DC-GO requer um comprometimento mais profundo com a formação docente e uma maior integração de recursos e suportes educacionais adaptativos nas escolas.

Conclui-se, portanto, que a educação inclusiva é um processo dinâmico e requer uma revisão e adaptação constantes das estratégias pedagógicas. Este compromisso contínuo com a evolução das práticas educacionais é vital não só para atender às necessidades presentes, mas também para antever e preparar-se para os desafios futuros. Este trabalho, assim, contribui para o campo acadêmico e para a prática pedagógica, fornecendo diretrizes para a construção de um futuro educacional mais inclusivo e justo.

REFERÊNCIAS

ABDELBAREM, Keila Núbia Barbosa Ibrahim. BRUGGER, Marta. *O conto de fadas no desenvolvimento da oralidade em alunos do ensino especial*. In: Educação [recurso eletrônico]: políticas, estrutura e organização / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

ARANHA, Maria Salete Fábio. *Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos com altas habilidades/supervisão*. Brasília, MEC, 2005.

ARAÚJO, Gilda Cardoso. *O direito à educação: entre a igualdade e a qualidade*. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 36, n. 4, p. 1191-1207, out./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v36n4/v36n4a11.pdf>.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 1997. Pp. 110-111. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1130009/mod_resource/content/1/A%20condi%C3%A7%C3%A3o%20humana-%20Hannah%20Arendt.pdf

BESSA, Bráulio. *A força do professor*. Senti: Pi, 2020. <https://www.sintepiaui.org.br/noticia/1215/A-Forca-do-Professor---Braulio-Bessa#>

BRANCO, Priscila de Sousa Barbosa Castelo. *Como se aprende a ensinar?* Faculdade laboro, 2021. <https://laboro.edu.br/blog/como-se-aprende/> in: 05/11/2023.

BRASIL. Constituição (1824). *Constituição Política do Império do Brasil de 1824*. Brasil, 1824.

_____. *Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasil, 1961.

_____. *Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*.

_____. *Plano Decenal de Educação para Todos - 1993/2003*. Brasil, 1993. p. 106.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. *Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Brasil, 1997. Pp. 108, 114, 115.

_____. *Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2001.

_____. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

_____. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação*. Brasília, DF, 2014.

_____. *Base Nacional Comum Curricular. Versão 1, 2015.*

_____. *Base Nacional Comum Curricular. Versão 3, 2017.*

COSTA, Valdelúcia Alves da. *Formação de professores e educação inclusiva frente às demandas humanas e sociais para quê?* In *O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares*. Salvador, EDUFBA, 2012

CORREIA, Clacy Somenzi. *Desafio da inclusão no ambiente escolar: um estudo no município de Nova Londrina PR*. Monografia (Especialização) - Curso de Métodos e Técnicas de Ensino, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

CORTELLA, Mário Sérgio. *Desafios para a educação no século XXI*. Globo.com G1, 2021. <https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/mario-sergio-cortella-faz-palestra-em-mogi-das-cruzes-sobre-os-desafios-para-a-educacao-no-seculo-xxi.ghtml>.

COSTA, Vanderlúcia Alves da. *Educação inclusiva – para quê? Experiências na escola pública*. In: SILVA, M. G. da.; CARVALHO, M. B. W. B. de (Org.). *Faces da inclusão*. São Luís: EdUFMA, 2010a. p. 121-144

CROCHÍC, José Leon. *Educação inclusiva e preconceito – desafios para a prática pedagógica*. In.: *O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares*. Salvador: EDUFBA, 2012.

CUNHA, Abadia de Lourdes da; SARMENTO, Ana Lúcia Lopes; LIMA, Giselly de Oliveira; Assis, Henrique Lima; Soares, Maria Elisabeth Alves Mesquita. (2021). *A construção do currículo goiano a partir da Base Nacional Comum Curricular: caminhos trilhados e experiências vividas*. Revista Unifan, 2021.

CURY, Augusto. *Ansiedade: como enfrentar o mal do século – a síndrome do pensamento acelerado – como e por que a humanidade adoeceu coletivamente, das crianças aos adultos*. São Paulo: Saraiva, 2014.

Deleuze, G. (1988). *Diferença e repetição* (L. Orlandi, & R. Machado, Trans.). Rio de Janeiro, RJ: Graal.

ENGELS, F. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Tradução Ruth M. Klaus. São Paulo: Centauro, 2002.

FERREIRA, A.; ALMEIDA, B. *A inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares: desafios e possibilidades*. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 25, n. 3, p. 487-500, 2019.

FREITAG, Bárbara. & ROUANET, Sérgio Habermas. 1993. p. 112.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia saberes necessários à prática educativa*. 71ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. 36ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

Freire, Paulo. *Pedagogia do oprimido* [recurso eletrônico] / Paulo Freire. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREY, Klaus. *Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil*. Planejamento e Políticas Públicas, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

GARCIA, R.; RODRIGUES, D. *Políticas de inclusão: análise das ações governamentais no contexto brasileiro*. Revista de Educação Pública, v. 27, n. 65/3, p. 851-865, 2018.

GONÇALVES, Gisele. *O Direito da Criança à Participação na Educação Infantil: Perspectivas Docentes*. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/244402/PEED1669-T.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: [data de acesso].

JANNUZZI, G. M. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

KASSAR, M. C. M. *Uma breve história da educação das pessoas com deficiências no Brasil*. In: MELETTI, S. M. F.; KASSAR, Mônica C. M. (org.). *Escolarização de alunos com deficiências: desafios e possibilidades*. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 33-76

KRZNARIC, Roman. *O poder da empatia: a arte de se colocar no lugar do outro para transformar o mundo*/Roman Krznaric; tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2015

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira e SOUSA, Sandra M. Zákia L.. *Inclusão escolar e educação especial: considerações sobre a política educacional brasileira*. *Estilos clin.* [online]. 2000, vol.5, n.9, pp. 96-108. ISSN 1415-7128.

NASCIMENTO, Tatiane Oliveira Santos; MILITÃO, Silvio Cesar Nunes. *Planos decenais de educação em municípios do interior paulista: análise do acompanhamento e materialização das metas estruturantes*. 2022. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.5902/2318133867791>.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. *Educação infantil: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, M.; SANTOS, L. *A inclusão de crianças com deficiência na educação infantil: desafios e perspectivas*. Cadernos de Pesquisa, v. 47, n. 164, p. 78-97, 2017.

Oliveira, C. P. de & Ribas, F. C. (2022). *Reforma curricular em Goiás: Crenças de professoras*. Letras & Letras, Uberlândia, v. 38, e3823, 2022. ISSN 1981-5239, p. 1-21.

PIMENTEL, Susana Couto. *Formação de professores para a inclusão: saberes necessários e percursos formativos*. In: O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador, EDUFBA, 2012

PORTELA, Cláudia Paranhos de Jesus; PORTELA, Célia Verônica Paranhos de Jesus. *Família e escola: como essa parceria pode favorecer crianças com necessidades especiais*. In: Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas/ Féliz Díaz, Miguel Bordas, Nelma Galvão, Theresinha Miranda, organizadores; autores, Elias Souza dos Santos... [et al.]. - Salvador: EDUFBA, 2009.

REIS, Bia. Cortella: *A escola passou a ser vista como um espaço de salvação*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 17 Maio 2014. Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,cortella-a-escola-passou-a-ser-vistacomo-um-espaco-de-salvacao,1168058> Acesso em 05/09/2023

SAMPAIO, C. T.; SAMPAIO, S. M. R. *Educação inclusiva: o professor mediando para a vida*. Salvador: EDUFBA, 2009

SANTOS, J.; MENEZES, L. *Atendimento Educacional Especializado: práticas pedagógicas para a inclusão*. Revista de Educação Inclusiva, v. 3, n. 2, p. 123-137, 2019.

SAWAIA, B. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 1999. P. 102 MENDES & SILVA, 2010

SILVA, Sayonara Meireles da. *Educação inclusiva: a importância do cuidador escolar no acompanhamento do educando com deficiência*. Monografia (Graduação) - UFPB/CE. João Pessoa, 2018.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos. *Educação inclusiva: diálogos entre teoria e prática* [recurso eletrônico] / organizado por Luzia Guacira dos Santos Silva. – 1. ed. – Natal: EDUFRN, 2021.

SILVA, Emílio Carlos Figueira da. *Introdução geral à educação inclusiva*. São Paulo: Figueira Digital/Agbook, 2019.

SILVA, P.; PEREIRA, A. *Educação infantil e inclusão: políticas e práticas pedagógicas*. Revista Educação em Questão. v. 56, n. 43, p. 25-47, 2018.

VALENÇA, Bruna Costa. *O direito fundamental à educação: as barreiras à inclusão do educando com deficiência no sistema regular de ensino e a (in)eficácia social da legislação brasileira*. Florianópolis, 2017.

VIEIRA, S. L. *Políticas e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples*. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE, [S. l.], v. 23, n. 1, 2011. DOI: 10.21573/vol23n12007.19013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19013>. Acesso em: 25 nov. 2023.

VYGOTSKY, L. *Obras completas: fundamentos de defectologia*. Cuba; Havana, Pueblo e Educacion, 1989, v. 5

XAVIER, Alanna Cristina de Souza Mendes. *A inclusão das pessoas com deficiência e necessidades educacionais especiais nas escolas goianas: deficiência auditiva*. Monografia de conclusão de curso de Pedagogia, Faculdade Itapuranga, 2015.